

Galtiênio da Cruz Paulino
João Paulo Santos Schoucair
Octahydes Ballan Junior

ORGANIZADORES

SISTEMA ACUSATÓRIO NOS 35 ANOS DA CF/88

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Conselho Editorial (Gestão 2023)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema acusatorio nos 35 anos da CF/88. / Galtiênio da Cruz Paulino, João Paulo Santos Schoucair, Octahydes Ballan Junior (orgs). – Londrina, PR: Thoth, 2023.

613 p.

Inclui bibliografias

ISBN : 978-65-5959-614-0

1. Direito Processual Penal. 2. Sistema Acusatório. 3. Ministério Público. I. Paulino, Galtiênio da Cruz; II. Schoucair, João Paulo Santos; Junior, III. Octahydes Ballan (orgs).

CDD 341.43

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Penal: 341.43

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	19
PREFÁCIO	21

CAPÍTULO 1

Marcelo Malheiros Cerqueira

DAS GARANTIAS DO RÉU À VIABILIDADE DA CARGA ACUSATÓRIA: PRESSUPOSTOS PARA A HIGIEDEZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO FRENTE AO INQUISITORIAL	35
Introdução	35
1 O sistema acusatório: garantia (in)dispensável ao réu?	38
2 Carga acusatória e ônus processuais diabólicos	44
2.1 Nulidades decorrentes da retroatividade jurisprudencial em matéria processual	44
2.2 A exigência de individualização de atos de ofício nos crimes de corrupção ativa e passiva	48
Considerações finais	52
Referências	53

CAPÍTULO 2

Douglas Fischer

O ARTIGO 385 DO CPP <i>CONFIRMA</i> O MODELO ACUSATÓRIO	55
Introdução	55
1 Modelo ou sistema acusatório: parâmetros	55
3 O art. 385 do CPP e sua “melhor” interpretação	66
4 Da teoria à realidade dos fatos	81
Considerações finais	82

CAPÍTULO 3

Raquel Branquinho

A PERSECUÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA NA PERSPECTIVA DO SISTEMA ACUSATÓRIO83

Introdução83

1 A aplicação da regra constitucional do sistema acusatório85

2 As investigações criminais originárias na competência do STF92

3 Um modelo de investigação diferenciado para autoridades com prerrogativa de foro96

Considerações finais..... 104

Referências..... 106

CAPÍTULO 4

Alexander Vêras Vieira

Décio Alonso Gomes

SISTEMA ACUSATÓRIO E CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE À LUZ DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO 109

Introdução 110

1 Antecedentes históricos 111

2 O mp e a experiência internacional 114

3 Controle de convencionalidade – aspectos evolutivos 117

4 O papel do MP no controle de convencionalidade 119

5 Sistema acusatório e peculiaridades locais 124

6 A experiência brasileira, a reafirmação do sistema acusatório e a realização do controle de convencionalidade 126

7 A recomendação nº 96/2023 do CNMP e seu simbolismo 129

Considerações finais..... 130

Referências..... 131

CAPÍTULO 5

Wagner Marteleto Filho

A BUSCA DA VERDADE MATERIAL COMO FIM DO PROCESSO PENAL: UMA BREVE DEFESA DA TEORIA DA CORRESPONDÊNCIA.....135

INTRODUÇÃO 135

1 Verdade como correspondência x verdade como consenso/coerência: breves delineamentos..... 137

2 Sobre três porquês da busca da verdade material no processo penal 141

3 Objeções gerais à busca da verdade material..... 143

4 Sistema inquisitivo e verdade material: associações pertinentes e

impertinentes.....	144
5 Sobre alguns limites normativos à busca da verdade, em específico.....	148
Considerações finais.....	152
Referências.....	153

CAPÍTULO 6

Beatriz Lopes de Oliveira

Wallace Paiva Martins Junior

CONSEQUÊNCIAS DA ADOÇÃO DO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO.....	157
1 Os tipos de sistemas processuais penais.....	157
2 O sistema processual penal adotado no Brasil	161
3 O sistema processual acusatório e o ministério público	163
4 Consequências da adoção do princípio acusatório	164
4.1 A impossibilidade de produção probatória <i>ex officio</i> pelo juiz	166
4.2 A desnecessidade de autorização para instauração do inquérito policial quando o investigado for autoridade com direito a foro especial.....	167
4.3 O indevido controle judicial do arquivamento da investigação criminal	169
4.4 O cabimento da investigação criminal pelo Ministério Público	169
4.5 A exclusividade do controle do inquérito policial pelo Ministério Público, inclusive quanto a seus prazos e exclusive as medidas tangenciadoras de direitos fundamentais	170
4.6 A privatividade do <i>jus postulandi</i> do Ministério Público para medidas cautelares e acessórias no processo penal e na investigação e impossibilidade de decreto judicial <i>ex officio</i>	171
4.8 Impossibilidade de deferimento de cautelares <i>ex officio</i> pelo juiz	175
Considerações finais.....	176
Referências.....	177

CAPÍTULO 7

Mauro Fonseca Andrade

Robson Marinho Vargas Matuella

35 ANOS DE INCERTEZA: O CONCEITO DE SISTEMA ACUSATÓRIO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	179
Introdução	179
1 Do sistema acusatório à estrutura acusatória.....	180
2 Definições já utilizadas pelo supremo Tribunal Federal.....	182
2.1 Titularidade da Ação Penal Pública.....	183
2.2 Separação das funções.....	186
2.3 Existência de direitos e garantias processuais.....	186
3 Uma refutação acertada: o não acolhimento da teoria da gestão da prova.....	189

Considerações finais.....	192
Referências.....	193

CAPÍTULO 8

André Estima

Bruno Calabrich

O CONTROLE SOBRE ARQUIVAMENTOS DO PROCURADO-GERAL DA REPÚBLICA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PELO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 195

Introdução	195
1 Das atribuições do Procurador-Geral da República em casos de competência originária do STF.....	197
2 Instrumentos para o sancionamento do Procurador-Geral da República...	199
3 Investigação e persecução efetiva como <i>obrigações processuais positivas</i>	202
4 O controle sobre arquivamentos criminais do Procurador-Geral da República como função do Conselho Superior do Ministério Público Federal.....	205
5 Da desnecessidade de lei específica	210
Considerações finais	211
Referências.....	212

CAPÍTULO 9

Rafael Schwez Kurkowski

O CUMPRIMENTO IMEDIATO DA PENA NO JÚRI EXIGIDO PELO SISTEMA ACUSATÓRIO 213

Introdução	213
1 Sistema processual penal do Brasil: acusatório	215
2 A Valorização da participação popular na justiça penal pelo sistema acusatório.....	219
3 Soberania dos veredictos: a efetivação da participação popular na justiça criminal mediante a prisão imediata no júri.....	222
Considerações finais.....	233
Referências.....	234

CAPÍTULO 10

Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandez

O SISTEMA PENAL ACUSATÓRIO E O RESPEITO ÀS REGRAS DO JOGO DEMOCRÁTICOS 239

Introdução	239
1 Democracia e Estado de Direito	240
2 O sistema penal acusatório e o Ministério Público.....	242

3 O devido processo constitucional.....	246
4 O sistema penal acusatório e o respeito às regras do jogo democrático...	249
Considerações finais.....	250
Referências.....	250

CAPÍTULO 11

Antonio Henrique Graciano Suxberger

DESAFIOS DE UM PROCESSO ACUSATÓRIO: SISTEMATICIDADE E RACIONALIDADE LEGISLATIVA.....	253
Introdução	253
1 O Código de Processo Penal: de 1941 à atualidade.....	254
1.1 O CPP é “cópia” do Código Rocco?	255
1.2 O CPP como “colcha de retalhos”	258
2 Precedentes e sistematicidade.....	262
2.1 A falta de sistematicidade é também resultado de uma jurisprudência vacilante: a importância da Legística material dirigida aos tribunais	262
2.2 Dois casos ilustrativos	264
Considerações finais.....	267
Referências.....	268

CAPÍTULO 12

Galtiênio da Cruz Paulino

MODELO ACUSATÓRIO, PRISÃO PREVENTIVA E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	273
Introdução	273
1 Modelos processuais.....	274
2 Ministério Público e a persecução penal.....	277
3 Prisão preventiva e a atuação do Ministério Público	282
Considerações finais.....	285
Referências.....	285

CAPÍTULO 13

Marcelo Ribeiro de Oliveira

A <i>PROSECUTORIAL DISCRETION</i> , SUA RELAÇÃO COM O PRINCÍPIO ACUSATÓRIO E A FORMAÇÃO DE <i>POLICIES</i> E <i>GUIDELINES</i> MINISTERIAIS: A EXEMPLIFICAÇÃO POR MEIO DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO	287
Introdução	287
Uma revisitación ao princípio acusatório	288
A chamada <i>prosecutorial discretion</i> e a relação com o princípio acusatório.	291

O papel dos órgãos de revisão: a formação de <i>polícias</i> e de <i>guidelines</i>	295
Boas experiências nos acordos de colaboração.....	299
E o controle?	304
Considerações finais	304
Referências	305

CAPÍTULO 14

João Carlos Negrão

A ATUAÇÃO DO ÓRGÃO JULGADOR NA PRODUÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL.....

Introdução	307
Sistemas processuais.....	309
Sistema inquisitivo	309
Sistema acusatório	310
Sistema misto	311
Sistema processual penal adotado no Brasil.....	312
O juiz e a produção da prova testemunhal no processo penal.....	314
Considerações finais.....	325
Referências.....	325

CAPÍTULO 15

Octahydes Ballan Junior

Villy Guimarães Costa Borges

A INVIABILIDADE DE ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL COM CONFISSÃO PARCIAL DO INVESTIGADO

INTRODUÇÃO.....

1 Um sistema processual que admite o consenso: uma mudança na forma de pensar o processo penal	329
2 Requisitos para a realização do anpp como espécie de negócio jurídico processual penal.....	334
3 A necessidade de confissão integral como condição do anpp e de alcance de suas finalidades político-criminais.....	339
3.1 Confissão integral como exigência do sistema de processo negocial para alcançar suas finalidades político-criminais	339
3.2 Confissão “parcial” a partir de prévia formação da <i>opinio delicti</i> pelo Ministério Público	341
Considerações finais.....	343
Referências.....	344

CAPÍTULO 16

Silvana Batini

SISTEMA ACUSATÓRIO E COMPETÊNCIA CRIMINAL DA JUSTIÇA ELEITORAL	347
Introdução	347
1 O desenho institucional da competência criminal da justiça eleitoral.....	348
2 O precedente do inquérito 4435	350
3 A posição do STF a partir do inquérito 4435	354
4 O sistema acusatório.....	358
Considerações finais.....	363
Referências	364

CAPÍTULO 17

Andréa Walmsley Soares Carneiro

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: INSTRUMENTO DE REAFIRMAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO	367
Introdução	367
1 Sistema acusatório: premissas.....	374
2 A exegese do acordo de não persecução penal e o monopólio do ministério público no protagonismo da ação penal pública	378
Considerações finais.....	382
Referências.....	382

CAPÍTULO 18

João Paulo Santos Schoucair

Marco Antônio Coutinho

A INVESTIGAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO E O USO DE RELATÓRIOS DE INTELIGÊNCIA FINANCEIRA	385
Introdução	385
1 Atribuições ministeriais na esfera criminal.....	386
1.1 Titular da ação penal.....	386
1.2 Fiscal da aplicação de lei	388
1.3 Controle externo da atividade policial	389
1.4. Requisição de diligências e de instauração de inquérito	390
1.5 Poder investigatório	391
2 Da unidade de inteligência financeira e seus relatórios	394
2.1 Da natureza jurídica dos relatórios de inteligência financeira	396
2.2 Da atual posição jurisprudencial sobre os relatórios de inteligência financeira.....	398

Considerações finais.....	403
Referências.....	403

CAPÍTULO 19

Rômulo de Andrade Moreira

80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: RUMO AO FUTURO OU FIRMES NO PASSADO?.....	405
Referências.....	420

CAPÍTULO 20

Ademar Borges

A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA COMUNHÃO PROBATÓRIA EM DECORRÊNCIA DA APRESENTAÇÃO SELETIVA DAS PROVAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO	423
Introdução.....	423
1 O princípio da comunhão da prova	423
2 algumas consequências práticas do princípio da comunhão da prova e do dever de <i>disclosure</i>	431
Considerações finais.....	433

CAPÍTULO 21

Luiz Augusto Coutinho

EVOLUÇÃO DO DIREITO NEGOCIAL EM MATÉRIA CRIMINAL COMO INSTRUMENTO DE APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ACUSATÓRIO	435
1 Sistemas de apuração de responsabilidade no processo penal.....	436
2 Princípio da obrigatoriedade e sistema acusatório.....	437
3 Princípio da oportunidade.....	439
4 Consenso e processo penal.....	440
5 Colaboração premiada.....	443
5.1 Natureza jurídica da colaboração premiada.....	444
5.2 Colaboração e meio de prova.....	445
5.4 Requisitos colaboração.....	447
5.4.1 Voluntariedade.....	447
5.4.2 Efetividade.....	449
5.4.3 Circunstâncias objetivas e subjetivas.....	449
6 Acordo de não persecução penal.....	450
6.1 Requisitos para celebração de ANPP.....	451
6.1.1 Requisitos primários.....	451
6.1.2 Requisitos secundários.....	452

6.4 Da aplicação retroativa da ANPP.....	453
Considerações finais.....	458
Referências.....	460

CAPÍTULO 22

Felipe Sarmiento Cordeiro

O SISTEMA ACUSATÓRIO E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL DE 1941	463
Introdução.....	463
1 Os sistemas processuais penais	464
2 O Sistema processual penal acusatório brasileiro e o “ <i>mito do sistema misto</i> ”.....	466
3 Dispositivos do código de processo penal que violam a ótica do sistema acusatório brasileiro: os artigos 5º, II, 127, 156, 168, 209, 212, 234 385 e 404.....	471
Considerações finais.....	476
Referências.....	477

CAPÍTULO 23

Cristiano Chaves de Farias

MEDIDA PORMEDIDA PARA UM SISTEMA ACUSATÓRIO SEM ABUSOS: FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO NA SENTENÇA CONDENATÓRIA E O RESPEITO À CONGRUÊNCIA.....	479
1 Prólogo (à guisa de preleção): a preocupação com abusos decorrentes do exercício do poder.....	479
2 A histórica diáspora de fundamentos entre a responsabilidade civil e a responsabilidade penal.....	481
3 A possibilidade de pontos de interseção entre os ilícitos penais e civis e o efeito civil da sentença penal condenatória	483
4 A sentença penal condenatória e o arbitramento de valores indenizatórios: uma atividade judicial bifásica e escalonada	485
5 A necessidade de pedido do ministério público ou da vítima: preservação do sistema acusatório e à congruência.....	487
6 À guisa de arremate: “quem quer todas as notas, ré, mi, fá, sol, lá, si, dó, fica sempre sem nenhuma, fique numa nota só”	491
Referências.....	493

CAPÍTULO 24

Rodrigo Badaró

Larissa Luz

SISTEMA ACUSATÓRIO NOS 35 ANOS DE CONSTITUIÇÃO: O ADVENTO DA FIGURA DO JUIZ DE GARANTIAS	495
--	-----

Introdução	495
1 Breve introdução história: da classificação dos sistemas processuais penais.....	496
2 A dicotomia legislativa da Constituição Federal de 1988 e do Código de Processo Penal de 1941	498
3 “Pacote Anticrime”: O advento da figura do Juiz de Garantias no Código de Processo Penal	500
Referências.....	502

CAPÍTULO 25

Jaime de Cassio Miranda

André Epifanio Martins

SISTEMA ACUSATÓRIO BRASILEIRO: BREVES REFLEXÕES SOBRE OS AVANÇOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

Introdução	503
1 Breves considerações acerca do sistema acusatório brasileiro	504
2 Lei n.º 13.964/19 (pacote anticrime) e o sistema acusatório	507
3 CNMP como órgão indutor de políticas criminais para o fortalecimento do sistema acusatório.....	509
4 Desafios para o fortalecimento do sistema acusatório.....	513
Considerações finais.....	515
Referências.....	516

CAPÍTULO 26

Paulo Cezar dos Passos

O SISTEMA ACUSATÓRIO COMO COROLÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Introdução	519
1 Direitos fundamentais e processo penal	519
2 Sistemas processuais	524
2.1 Sistema inquisitório.....	526
2.2 Sistema acusatório.....	530
3 O sistema acusatório como corolário da ordem constitucional.....	534
4 A supremacia da norma constitucional.....	538
Considerações finais.....	542
Referências.....	544

CAPÍTULO 27

Gregório Assagra de Almeida

Rafael de Oliveira Costa

CONSIDERAÇÕES SOBRE O SISTEMA ACUSATÓRIO NO ÂMBITO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL COLETIVO	549
1 Aspectos gerais do sistema acusatório	549
2. Direito processual penal coletivo e sistema acusatório	552
3 Corolários do sistema acusatório no direito processual penal coletivo.....	554
Considerações finais	558
Referências.....	559

CAPÍTULO 28

Leandro Falavigna

Marcos Antonio Pereira

Lorena Rodrigues Lisboa

PODE O ADVOGADO DELATAR O CLIENTE?	561
Introdução.....	561
A i(licitude) da delação do cliente	564
Considerações finais	570
Referências.....	570

CAPÍTULO 29

Ministro Og Fernandes

Rafael Medeiros Antunes Ferreira

O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA E SEUS BENEFÍCIOS NO DIREITO PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO À LUZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO.....	573
Introdução	573
1 A função homologatória do poder judiciário	574
2 Os limites dos poderes negociais do ministério público e da polícia federal....	576
Considerações finais.....	586
Referências.....	587

CAPÍTULO 30

Carolina Costa Ferreira

Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho

A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA E A APURAÇÃO DA TORTURA E DOS MAUS-TRATOS À LUZ DO PROTOCOLO DE ISTAMBUL: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ACUSATÓRIO CONSTITUCIONAL	589
--	-----

Introdução	589
1 Conceito de tortura e as normas que a regem.....	590
2A atuação do Poder Judiciário nas audiências de custódia como meio de controle idôneo das prisões em flagrante e necessidade de adoção de política criminal humanista	603
Considerações finais.....	608
Referências.....	609